

RELATÓRIO & CONTAS 2015



FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS MÃO AMIGA
VALE DA ANTA - SILVA ESCURA
3740 - 310 SEVER DO VOUGA PORTUGAL

TEL. +351 234 591 056 | FAX + 351 234 591 056

INFO@FUNDAÇAOAMIGA.PT | WWW.FUNDAÇAOAMIGA.PT

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA | NIF. 509078974

D.L. 119/83 DE 25 DE FEVEREIRO. RECONHECIDA POR DESPACHO DE 09/09/2009 DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Un: euros

RUBRICAS	Notas		
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	696,20	3.024,33
Bens do património histórico e artístico e cultural			
Propriedades de investimento	5	270.555,90	275.165,06
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		44,10	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		271.296,20	278.189,39
Ativo corrente			
Inventários	6	526,59	566,90
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	11.6	91,54	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	11.1	8.438,04	4.613,02
Diferimentos		519,92	392,95
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	11.3	109.117,07	100.331,56
		118.693,16	105.904,43
Total do ATIVO		389.989,36	384.093,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos patrimoniais		350.000,00	350.000,00
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		23.814,86	27.754,16
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		970,13	-3.939,30
Total do fundo de capital		374.784,99	373.814,86
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	1.141,25	1.609,44
Adiantamentos de Clientes			
Estado e outros entes públicos	11.6	914,26	281,49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	11.2	6.129,83	5.256,11
Outras contas a pagar	11.7	7.019,03	3.131,92
Outros passivos financeiros			
		15.204,37	10.278,96
Total do Passivo		15.204,37	10.278,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		389.989,36	384.093,82

O Contabilista Certificado (Nº 74549)

Helena Silva

A Direcção

Isabel da Costa Matos



FUNDAÇÃO de
EDITE COSTA MATOS
MÃO AMIGA

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA | NIF. 509078974

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA NO PERÍODO FINDO EM 31.12.2015

Un: euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS		
			2015	2014
Vendas e serviços prestados	+			
Subsídios, doações e legados à exploração	+	11.8	61.188,10	33.447,77
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	11.9	(6.088,81)	(5.081,72)
Gastos com pessoal	-	9	(32.243,61)	(18.397,59)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	+/-			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	+/-			
Provisões (aumentos/reduções)	+/-			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	+/-			
Outras imparidades (perdas/reversões)	+/-			
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	+	11.10	12.661,73	13.199,18
Outros gastos e perdas	-	11.11	(30.946,43)	(23.622,81)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		4.570,98	-455,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	+/-	5	(6.937,29)	(6.611,80)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		-2.366,31	-7.068,97
Juros e rendimentos similares obtidos	+	11.10	3.336,44	3.239,37
Juros e gastos similares suportados	-			(111,70)
Resultado antes de impostos	=		970,13	-3.939,30
Imposto sobre rendimento do período	+/-			
Resultado líquido do período	=		970,13	-3.939,30

O Contabilista Certificado (Nº 74549)

Helena Silva

A Direção

Basílio José António Ramos



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Un: euros

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2015	31-12-2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes e utentes		
Pagamentos de subsídios		
Pagamentos de apoios	-23.396,94	-6.472,85
Pagamentos de bolsas	-4.500,00	-6.250,00
Pagamentos a fornecedores	-7.860,12	-7.537,11
Pagamento ao pessoal	-21.591,10	-12.352,93
Caixa gerada pelas operações	-57.348,16	-32.612,89
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	52.689,67	20.402,00
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (A)	-4.658,49	-12.210,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis		
Ativos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros Ativos		
Recebimentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis		
Ativos Intangíveis		
Investimentos Financeiros		
Outros Ativos	10.200,00	12.000,00
Subsídios ao Investimento		
Juros e Rendimentos Similares	3.244,00	3.239,37
Dividendos		
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (B)	13.444,00	15.239,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos		
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio		
Cobertura de Prejuízos		
Doações		
Outras Operações de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos		
Juros e Gastos Similares		
Dividendos		
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio		
Outras Operações de Financiamento		
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (C)	0,00	0,00
Variação de Caixa e seus Equivalentes (A+B+C)	8.785,51	3.028,48
Efeito das Diferenças de Câmbio		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	100.331,56	97.303,08
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	109.117,07	100.331,56

O Contabilista Certificado (Nº 74549)

Helena Silva

A Direção

João Silva Costa Matos



ANEXO AO BALANÇO & DR 2015



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
6	Inventários	8
7	Rédito	9
8	Imposto sobre o Rendimento	9
9	Benefícios dos empregados	9
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	10
11	Outras Informações.....	10
11.1	Outras contas a receber	10
11.2	Diferimentos	10
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	10
11.4	Fundos Patrimoniais.....	11
11.5	Fornecedores	11
11.6	Estado e Outros Entes Públicos.....	11
11.7	Outras Contas a Pagar.....	11
11.8	Subsídios, doações e legados à exploração	12
11.9	Fornecimentos e serviços externos.....	12
11.10	Outros rendimentos e ganhos	12
11.11	Outros gastos e perdas	12
11.12	Resultados Financeiros.....	13
11.13	Acontecimentos após data de Balanço.....	13



1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação de direito privado” reconhecida por Despacho de 09-09-2009, do Secretário de Estado da Segurança Social e o respetivo registo lavrado em 17-09-2009, pela inscrição nº13/09, a fls. 08 Verso e 9, do livro nº7 das Fundações de Solidariedade Social, com sede em Vale da Anta, freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga.

Tem como atividade prestar apoio, no território nacional, a qualquer pessoa ou instituição carenciadas, no âmbito social, psicossocial e sociológico, de saúde, educacional, de formação, jurídico, habitacional ou outro, desde que reconhecidos como incentivo à promoção individual, familiar ou institucional.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação



As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo



de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Propriedades de Investimento

Inclui essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios. As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo custo histórico.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3 Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos e doadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.



Outras contas a Receber

As “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes rendimentos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores por acréscimos de rendimentos”.

Diferimentos

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos a reconhecer são registados nas respetivas contas das rubricas “Diferimentos”.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e são compostos exclusivamente por fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.



4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro (valores em euros):

2015						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transf.	Revalorizaç	Saldo final
Equipamento de transporte	10.004,13					10.004,13
Equipamento administrativo	11.995,70					11.995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2.539,65					2.539,65
Total	24.539,48	0,00	0,00	0,00	0,00	24.539,48
Depreciações						
Equipamento de transporte	10.004,12	0,00				10.004,12
Equipamento administrativo	9.280,84	2.078,51				11.359,34
Outros Ativos fixos tangíveis	2.230,20	249,63				2.479,82
Total	21.515,15	2.328,13	0,00	0,00	0,00	23.843,28
Valor líquido						696,20

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos no período foram os seguintes (valores em euros):

2015						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Variações Justo Valor	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	75.000,00					75.000,00
Edifícios e outras const.	227.183,25					227.183,25
Total	302.183,25	0,00	0,00	0,00	0,00	302.183,25
Depreciações						
Terrenos e recursos naturais	0					0,00
Edifícios e outras const.	27.018,19	4.609,16				31.627,35
Total	27.018,19	4.609,16	0,00	0,00	0,00	31.627,35
Valor líquido						270.555,90

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores (valores em euros):



Descrição	2015				2014		
	Inventário inicial	Compras	Reclass. e Regul.	Inventário final	Compras	Reclass. e Regul.	Inventário final
Mercadorias	566,90		-40,31	526,59			566,90
MP, subs. e de cons.							
P.Acab. e Intermédios							
Subpr., desp., res. e ref.							
Prod. e trab. em curso							
Total	566,90			526,59			566,90

7 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	3.336,44	3.239,37
Subsídios, doações e legados à exploração	61.188,10	33.447,77
Outros Rend. e Ganhos	12.661,73	13.199,18
Total	77.186,27	49.886,32

8 Imposto sobre o Rendimento

A Fundação está isenta de IRC.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram 3. Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2014 foi de 3 e em 2015 foi de 4, com a entrada de um gerontólogo.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	27.547,51	15.105,20
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	4.276,88	3.010,44
Seg. de Acidentes no Trabalho e Doenças Prof.	223,02	201,97
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	196,20	79,98
Total	32.243,61	18.397,59



10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,05
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.657,32	2.564,88
Outros Devedores	5.780,72	2.048,14
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	8.438,04	4.613,02

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
	519,92	392,95
Total	519,92	392,95
Rendimentos a Reconhecer		
	6.129,83	5.256,11
Total	6.129,83	5.256,11

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Caixa	9,10	15,92
Depósitos à ordem	15.863,97	10.315,64
Depósitos a prazo	93.244,00	90.000,00
Outros		
Total	109.117,07	100.331,56



11.4 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações (valores em euros):

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	350.000,00			350.000,00
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	27.754,16		3.939,30	23.814,86
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Total	377.754,16		3.939,30	373.814,86

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	1.141,25	1.609,44
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
Total	1.141,25	1.609,44

11.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Ativo		
IVA	91,54	
Total	91,54	
Passivo		
IRS	260,09	40,00
Segurança Social	653,66	241,49
FGCT - Fundo Garantia Comp. do Trabalho	0,51	
Total	914,26	281,49

11.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos		7.012,73		3.131,92
Outros credores		6,30		
Total	0,00	7.019,03	0,00	3.131,92



11.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	9.526,36	8.277,77
Subsídios de outras entidades	16.661,74	15.420,00
Doações e heranças	35.000,00	9.750,00
Legados		
Total	61.188,10	33.447,77

11.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Subcontratos		
Serviços especializados	524,75	1.515,29
Material	2.390,14	204,44
Energia e fluidos	1.241,73	1.045,33
Deslocações, estadas e transportes	0,40	12,50
Serviços diversos	1.931,79	2.304,16
Total	6.088,81	5.081,72

11.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros (Rendas)	10.500,00	12.000,00
Outros rendimentos e ganhos	2.161,73	1.199,18
Total	12.661,73	13.199,18

11.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Impostos	131,91	131,91
Outros	0,02	250,00
Custos com apoios concedidos a utentes	30.814,50	23.240,90
Total	30.946,43	23.622,81

Nesta rubrica especial destaque para os “Custos com apoios cedidos a utentes” uma vez que é este o sentido da existência da FMA, que se desdobram do seguinte modo, de acordo com o plano de ações definido no início do ano:



- a) Apoio no âmbito da educação: 8.496,43€
- b) Apoio no âmbito da saúde: 763,35€
- c) Apoio no âmbito da habitação: 19.329,96
- d) Apoio ao nível da educação social (supressão das necessidades básicas como a alimentação, o vestuário, outros...): **2.224,76€**

De salientar, no setor da habitação, o projeto Habitação Solidária 2014/15 que permitiu recuperar duas casas degradadas do concelho com o apoio da Fundação Montepio. Além da recuperação das casas, este projeto trabalha a promoção biopsicossocial destas famílias.

11.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares (valores em euros):

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		111,66
Total	0,00	111,66
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.336,44	3.239,37
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total	3.336,44	3.239,37
Resultados Financeiros	3.336,74	3.127,71

11.13 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período e, até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Março 2015.

Silva Escura, 31 de Dezembro de 2015

O Contabilista Certificado

Hilma Silva

A Direção

Isabel J. P. Costa Neto



Certificação de Legal de Contas

Parecer do Fiscal Único



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras da **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"**, as quais compreendem o Balanço em 31.12.2015, (que evidencia um total de Balanço de 389.989 euros e um total de Fundo de Capital de 374.785 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 970 euros), a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a elaboração de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **"FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA"** em 31.12.2015 e o resultado das suas operações no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 30 de Março de 2016

António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.
representada por


Dr. António Abel Pereira Baptista - R.O.C. Nº 518

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Nos termos do artigo 21º dos Estatutos da "FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA", o Fiscal Único apreciou o Relatório e Contas do Período de 2015 tendo verificado todos os documentos julgados necessários e recebido da Administração os esclarecimentos solicitados.

As contas apresentadas pela Administração relativas ao ano de 2015, satisfazem os princípios legalmente estabelecidos, traduzindo a situação da Instituição nos aspectos financeiros e patrimoniais.

Assim, o Fiscal Único da "FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA", propõe ao Conselho Superior a aprovação das contas referentes ao ano de 2015.

Sever do Vouga, 30 de Março de 2016

O Fiscal Único,

António Baptista, Elísio Quintas e Lino Vieira - S.R.O.C.
representada por


Dr. António Abel Pereira Baptista - R.O.C. Nº 518